



VOTO DE SAUDAÇÃO

Aos 21 dias do mês de Fevereiro de 1852 o Governador Civil de Ponta Delgada, Félix Borges de Medeiros, no cumprimento de instruções vindas do Ministério do Reino sobre a reforma da instrução, incumbiu o Comissário de Estudos do distrito de formar o corpo docente do Liceu Nacional.

Volvidos dois dias, numa das salas do antigo convento graciano da cidade – hoje sede da Academia das Artes e Auditório de Ponta Delgada – reuniram com o dito Comissário, Pe. João José do Amaral, os quatro professores do ensino secundário que então ali leccionavam.

De imediato se abriram as matrículas, dispensando os alunos do pagamento de propinas “pelo adeantado a que se estava do ano lectivo” e reservando algumas dependências do convento para residência dos alunos de outras localidades.

Por Carta de Lei de 28 de Maio de 1896 foram criados os Liceus Centrais de Lisboa, Porto e Coimbra, pagos pelo orçamento da Nação e outros dois, um no continente e outro nas ilhas, cujo aumento de despesa ficava a cargo dos municípios cabeça de distrito. Era o “cúmulo da governança”, como então classificava a imprensa local. Medidas e tentações que o tempo se encarregaria de repetir, diríamos hoje.

Em pleno Verão desse ano as câmaras da ilha decidiram enviar ao Governo uma representação, solicitando a elevação do Liceu à categoria de Central,



dispondo-se a suportar o aumento de despesa que importava essa instituição. Mas foram necessários cinco anos para que chegasse resposta positiva a tão legítima aspiração, conferida com honra de decreto, publicado a 29 de Agosto de 1901.

E nessa categoria se manteve o Liceu até à sua transformação em escola secundária, há pouco mais de duas décadas.

Em 1921 o Liceu foi transferido do Convento da Graça para as actuais instalações, de quase dois séculos de existência, que foram residência do Conde da Fonte Bela e onde antes havia o Paço do donatário da ilha.

Pelo tempo fora, as suas cercanias foram confrontando com a Junta Geral Autónoma, instituída pelo Decreto descentralizador de 2 de Março de 1895, depois com a Junta Governativa Regional dos Açores, e presentemente com a Presidência do Governo Regional. E testemunharam um dos momentos mais singulares da nossa história, o 6 de Junho de 1975, expressão de liberdade e protesto contra o centralismo de então.

Ao longo de 150 anos de intensa actividade na difusão dos saberes, pelo antigo Liceu, como alunos e professores, passaram ilustríssimos açorianos que na política, nas artes e nas letras projectaram bem longe o nome das nossas ilhas. Ali Teófilo Braga cursou os preparatórios e Antero de Quental fez exame da instrução primária. Aristides da Mota e Gil Mont'Alverne de Sequeira, paladinos da autonomia administrativa, e Carlos Machado, foram seus reitores. E muitas gerações de alunos tiveram por mestres Espínola de Mendonça, Armando Cortes Rodrigues, Rui Galvão de Carvalho e João



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Bernardo de Oliveira Rodrigues, para referir somente alguns de entre tantos que, como no dizer do nosso poeta maior, por obras valorosas da lei da morte se libertaram.

Na peculiar diversidade do humano e das suas formas de vida em comum, a Escola Antero de Quental prossegue a sua missão de núcleo essencial de aprendizagens e saberes para sucessivas gerações, desafiadas pela complexidade da globalização e a apaixonante potencialidade das tecnologias.

Assim, e também no reconhecimento do trabalho profícuo de professores e funcionários – de ontem e de hoje – ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprovou um Voto de Saudação pelos 150 anos da EB3/S Antero de Quental.

Aprovado por unanimidade, na Horta, na sessão plenária de 19 de Fevereiro de 2002.

O Presidente da Assembleia Legislativa
Regional dos Açores

Fernando Manuel Machado Menezes